

MANUAL DE CONTROLO DA CONDICIONALIDADE AÇORES

PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

(Directiva do Conselho n.º 91/414/CEE, de 15 de Julho)

LAMAS

(Directiva do Conselho n.º 86/278/CEE, de 12 de Junho)

NITRATOS

(Directiva do Conselho n.º 91/676/CEE, de 12 de Dezembro)

AVES E HABITATS

(Directivas do Conselho n.º 76/409/CEE, de 2 de Abril e n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio)

SEGURANÇA ALIMENTAR

(Regulamento (CE) n.º 178/2002, de 28 de Janeiro)

PROTECÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

(Directiva n.º 80/68/CEE, de 17 de Dezembro)



ÍNDICE

1. INTERVENIENTES	4
1.1. Directos	4
1.2. Outros intervenientes	4
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	4
2.1. Legislação Comunitária	4
2.2. Legislação Nacional e Regional.....	5
2.2.1 Legislação comum aos vários Requisitos Legais de Gestão.....	5
2.2.2 Legislação específica das Lamas	6
2.2.3 Legislação específica dos Produtos Fitofarmacêuticos	6
2.2.4 Legislação específica dos Nitratos.....	7
2.2.5 Legislação específica da Segurança Alimentar	7
2.2.6 Legislação específica da Protecção das Águas Subterrâneas	7
3. OBJECTIVO	8
4. FINALIDADES	8
5. ELEMENTOS A FORNECER PELO IFAP	8
6. METODOLOGIA	9
6.1. Preparação da acção de controlo	9
6.2. Relatório de Controlo.....	10
6.3. Equipa de Controlo.....	16
6.4. Verificação dos Indicadores.....	16
6.4.1. Directiva Produtos Fitofarmacêuticos.....	16
6.4.1.1. Execução do Controlo	17
6.4.2. Directiva Lamas.....	19
6.4.2.1 Licença e registo de aplicação	19
6.4.2.2 Controlo das distâncias permitidas para a aplicação de lamas	20
6.4.2.3 Controlo da aplicação de lamas.....	20
6.4.3 Directiva Nitratos	20
6.4.3.1 Armazenamento temporário de estrumes e chorumes a mais de 5 metros de uma fonte, poço ou captação de água	21
6.4.3.2 Pavimento das nitreiras impermeabilizado.....	21
6.4.3.3 Capacidade da nitreira / Capacidade dos tanques de armazenamento de efluentes zootécnicos.....	21
6.4.3.4 Ficha de registo de fertilização por parcela ou grupos de parcelas homogéneas	23
6.4.3.5 Boletins de análise (designadamente análise dos efluentes orgânicos, solo, água e foliar) e respectivos pareceres técnicos.....	23
6.4.3.6 Quantidade de azoto por cultura constante na ficha de registo de fertilização.....	24
6.4.3.7 Quantidade de azoto por cultura constante na ficha de registo de fertilização.....	25
6.4.3.8 Época de aplicação dos fertilizantes	25
6.4.3.9 Limitações às culturas e às práticas culturais	25

6.4.4. Directiva Aves e Habitats	26
6.4.5. Segurança Alimentar	26
6.4.5.1. Execução do Controlo	29
6.4.6. Directiva Protecção das Águas Subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas.....	31
6.4.6.1. Resíduos de Produtos fitofarmacêuticos.....	31
6.4.6.2. Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos	32
7. ANÁLISE E DECISÃO SOBRE AS ACÇÕES DE CONTROLO.....	33
ANEXO I – Relatório de Controlo.....	36
ANEXO II – Saídas Gráficas	44
ANEXO III – Minutas.....	46
ANEXO III-A – Minuta de solicitação de documentos	47
ANEXO III-B – Minuta de comunicação de incumprimentos	48
ANEXO III-C – Minuta de resposta ao produtor	49
ANEXO III-D – Minuta de resposta ao produtor	50
ANEXO III-E – Minuta de recusa de controlo.....	51
ANEXO III-F – Minuta de notificação prévia do produtor	52
ANEXO III-G – Minuta de resposta ao produtor em caso de Incumprimento Menor (IM)	53
ANEXO III-H – Listagem de envio de relatórios de controlo.....	54
ANEXO IV – Modelo de Registo dos Fitofarmacêuticos	55
ANEXO V – Listagens dos Produtos Fitofarmacêuticos	57
ANEXO VI – Legislação	58

1. INTERVENIENTES

1.1. Directos

- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (**IFAP**);
- Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura (**DRACA**).– Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário (**DRDA**).

1.2. Outros intervenientes

- Comissão de Coordenação e Acompanhamento Permanente do Controlo da Condicionalidade (**CAPC**);
- Gabinete de Planeamento e Políticas (**GPP**);

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

2.1. Legislação Comunitária

- **Directiva nº 80/68/CEE do Conselho, de 17 de Dezembro** relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas.
- **Directiva nº 86/278/CEE do Conselho, de 12 de Junho** relativa à utilização agrícola das lamas de depuração.
- **Directiva nº 91/414/CEE do Conselho, de 15 de Julho** relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.
- **Directiva nº 91/676/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro** relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- **Regulamento (CE) nº 178/2002 da Comissão, de 28 de Janeiro** que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.
- **Regulamento (CE) nº 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro** que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da PAC e institui determinados regimes de apoio aos produtores.
- **Regulamento (CE) nº 796/2004 do Conselho, de 21 de Abril** que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previsto no Regulamento (CE) nº 1782/2003.
- **Regulamento (CE) nº 239/2005 da Comissão, de 11 de Fevereiro**, que altera e rectifica o Regulamento (CE) nº 796/2004.

- **Regulamento (CE) nº 1975/2006 da Comissão, de 7 de Dezembro**, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) nº 1698/2005 do Conselho, relativas aos procedimentos de controlo e à condicionalidade no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento rural.
- (**Regulamento (CE) nº 1550/2007 da Comissão, de 20 de Dezembro**, que altera o Regulamento (CE) nº 796/2004.
- (**Regulamento (CE) nº 146/2008 do Conselho, de 14 de Fevereiro**, que altera o Regulamento (CE) nº 1782/2003 e o Regulamento (CE) nº 1698/2005.
- (**Regulamento (CE) nº 319/2008 da Comissão, de 7 de Abril**, que altera o Regulamento (CE) nº 795/2004 e o Regulamento (CE) nº 796/2004.
- **Regulamento (CE) nº 1266/2008 da Comissão, de 16 de Dezembro** que altera o Regulamento (CE) nº 796/2004.
- **Regulamento (CE) nº 73/2009 do Conselho, de 19 de Janeiro** que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da PAC e institui determinados regimes de apoio aos agricultores; que altera os Regulamentos (CE) nº 1290/2005, nº 247/2006 e nº 378/2007; e **revoga o Regulamento (CE) nº 1782/2003**.
- **Regulamento (CE) nº 380/2009 da Comissão, de 8 de Maio** que altera o Regulamento (CE) nº 796/2004.

2.2. Legislação Nacional e Regional

2.2.1 Legislação comum aos vários Requisitos Legais de Gestão

- **Portaria nº 23/2005, de 7 de Abril** que estabelece as regras de implementação, na Região Autónoma dos Açores, do sistema de controlo da condicionalidade.
- **Portaria nº 25/2005, de 7 de Abril** que divulga a lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis.
- **Portaria nº 38/2007, de 21 de Junho** que altera os artigos nºs 2º e 3º e o Anexo I da Portaria nº 23/2005, de 7 de Abril.
- **Portaria nº 49/2007, de 19 de Julho** que republica a Portaria nº 25/2005, de 7 de Abril e revoga a Portaria nº 37/2007, de 21 de Junho que publica a lista de indicadores relativa aos RLG aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2006 e 1 de Janeiro de 2007.
- **Declaração de rectificação nº 6/2007, de 24 de Agosto** que rectifica a Portaria nº 49/2007, de 19 de Julho.
- **Portaria n.º 28/2008 de 15 de Abril de 2008** que publica as listas de indicadores relativas aos requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais e o quadro das “Ocupações culturais, aplicáveis para efeitos de candidaturas ao regime de pagamentos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013), de acordo com o previsto no nº 1, do artigo 51º, do Regulamento n.º 1698/2005, do Conselho de 20 de Setembro de 2005 e pagamentos directos.

- **Portaria n.º 103/2009 de 15 de Dezembro de 2009**, que altera a Portaria nº 28/2008, de 15 de Abril de 2008, que estabelece as listas de indicadores relativas aos requisitos legais de gestão, boas condições agrícolas e ambientais e o quadro das “Ocupações culturais”, aplicáveis para efeitos de candidaturas ao regime de pagamentos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013).

2.2.2 Legislação específica das Lamas

- **Decreto Legislativo Regional nº 16/2005/A, de 20 de Julho** que transpõe para a ordem jurídica interna da Directiva nº [86/278/CEE](#), do Conselho, de 12 de Junho, relativa à utilização agrícola das lamas de depuração na R. A. Açores.
- **Portaria nº 26/2006, de 23 de Março** que regulamenta o Decreto Legislativo Regional nº 16/2005/A.
- **Decreto-Lei nº 118/2006, de 21 de Junho** que estabelece o regime a que obedece a utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 86/278/CE, do Conselho, de 12 de Junho.
- **Declaração de Rectificação nº 53/2006, de 18 de Agosto** que rectifica o Decreto-Lei nº 118/2006, de 21 de Junho (republica o Anexo III).

2.2.3 Legislação específica dos Produtos Fitofarmacêuticos

- **Decreto-Lei nº 284/94, de 11 de Novembro** que estabelece o regime aplicável à colocação no mercado dos produtos fitofarmacêuticos.
- **Portaria nº 563/95, de 12 de Junho** revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva nº [91/414/CEE](#), do Conselho, de 15 de Julho.
- **Decreto-Lei nº 94/98, de 15 de Abril** que enuncia as normas técnicas de execução relativas à homologação, autorização, lançamento ou colocação no mercado, utilização, controlo e fiscalização de produtos fitofarmacêuticos apresentados na sua forma comercial.
- **Decreto-Lei nº 173/2005, de 21 de Outubro** que regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.
- **Decreto-Lei nº 187/2006, de 19 de Setembro** que estabelece as condições e procedimentos de segurança, no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos.

2.2.4 Legislação específica dos Nitratos

- **Decreto-Lei nº 235/97, de 3 de Setembro** que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- **Decreto-Lei nº 68/99, de 11 de Março** que rectifica o D.L. nº 235/97, de 3 de Setembro.
- **Portaria nº 1100/2004, de 03 de Setembro** que aprova a lista das zonas vulneráveis e as cartas das zonas vulneráveis do território português.
- **Portaria nº 25/2005, de 7 de Abril** que divulga a lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis.
- **Portaria nº 44/2006, de 22 de Junho** que aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável nº 5 (Sete Cidades) constituída pela bacia hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades.
- **Portaria nº 46/2006, de 22 de Junho** que aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável nº 4 (Furnas), constituída pela Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas.
- **Portaria nº 47/2006, de 22 de Junho** que aprova o Programa de Acção para as Zonas Vulneráveis nº 1 (Serra Devassa), nº 2 (São Brás) e nº 3 (Congro), na Ilha de S. Miguel; nº 6 (Capitão) e nº 7 (Caiado), na Ilha do Pico e nº 8 (Funda), na Ilha das Flores, constituídas pelas bacias hidrográficas das lagoas.

2.2.5 Legislação específica da Segurança Alimentar

- **Decreto-Lei nº 160/2005, de 21 de Setembro** que regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico.

2.2.6 Legislação específica da Protecção das Águas Subterrâneas

- **Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto** que estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos; **revoga o Decreto-Lei nº 74/90, de 7 de Março**. O capítulo VI transpõe, para o direito interno, a Directiva nº 76/464/CEE, do Conselho, de 4 de Maio, relativa à poluição causada por determinadas substâncias perigosas lançadas no meio aquático, assim como a Directiva nº 80/68/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição provocada por certas substâncias perigosas.

3. OBJECTIVO

O presente Manual tem por objectivo estabelecer os procedimentos a adoptar no controlo físico, a realizar *in loco*, dos produtores que, na presente campanha, apresentaram candidaturas no âmbito das ajudas sujeitas à Condicionalidade e que foram seleccionados para controlo.

Para a campanha de 2009, foram seleccionados produtores que apresentaram candidaturas a ajudas directas (POSEI) ao Desenvolvimento Rural (PRORURAL).

4. FINALIDADES

As acções de controlo têm por finalidade assegurar a verificação eficaz do cumprimento da legislação aplicável no âmbito da Condicionalidade, bem como das condições específicas para cada um dos Requisitos Legais de Gestão (**RLG**) abaixo indicados, aplicáveis em 2009, através da verificação de um conjunto de indicadores, divulgados na Portaria n.º 103/2009, de 15 de Dezembro de 2009.

- **RLG 2** – Directiva Protecção das Águas Subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas;
- **RLG 3** – Directiva Valorização agrícola de lamas de depuração;
- **RLG 4** – Directiva Protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola;
- **RLG 6** – Directiva Colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado;
- **RLG 12** – Higiene e Segurança Alimentar (Produção Vegetal);

No caso das **Directivas Protecção das Águas Subterrâneas, Lamas e Produtos Fitofarmacêuticos e da Segurança Alimentar**, não existiram restrições, do ponto de vista geográfico, quanto aos produtores a controlar.

No caso da **Directiva Nitratos**, serão controlados produtores possuidores de parcelas com localização geográfica elegível, ou seja, situadas em Zonas Vulneráveis.

5. ELEMENTOS A FORNECER PELO IFAP

Compete ao IFAP, através do Departamento de Controlo (DCO) proceder, anualmente, à selecção da amostra para controlo, de acordo com o disposto nos artigos 44º e 45º do Regulamento (CE) nº 796/2004.

Na sequência dessa selecção, o IFAP disponibiliza à DRACA (Organismo Especializado de Controlo), um **ficheiro** informático contendo a **listagem dos produtores** a controlar, com a indicação dos respectivos NIFAP's, números de contribuinte, nomes, localização (distrito / concelho / freguesia) e identificação das parcelas a controlar.

A selecção da amostra para controlo é efectuada a partir do SIAGRI (aplicação informática de gestão e controlo da totalidade das ajudas geridas pela DRACA), de forma aleatória e com base em critérios de risco, ficando automaticamente marcados todos os produtores a controlar. Tal situação manter-se-á até que sejam digitados os resultados do controlo, cuja recolha será efectuada directamente no iSINGA.

Paralelamente, será fornecido um outro **ficheiro**, em formato **pdf**, contendo os **relatórios de controlo** para posterior impressão. Serão, igualmente, disponibilizadas em **papel** (formato **A₃**), as **saídas gráficas** com a identificação e localização das parcelas a controlar.

Dado que a emissão dos relatórios é baseada na informação proveniente do SIAGRI, alguns campos saem automaticamente preenchidos. A especificação dos mesmos será descrita no ponto 6.2..

6. METODOLOGIA

6.1. Preparação da acção de controlo

De acordo com o Regulamento (CEE) nº 1550/2007, os controlos *in loco* podem ser objecto de aviso prévio, desde que o seu objectivo não fique comprometido. O aviso prévio será estritamente limitado ao período mínimo necessário e **não pode exceder 14 dias**. Sempre que a legislação aplicável aos actos e normas com incidência na Condicionalidade exigir que o controlo *in loco* seja efectuado sem aviso prévio, a **notificação** do produtor deverá ser efectuada, no **máximo, até 48 horas** antes da data prevista para o controlo. Não é, no entanto, obrigatória a presença do produtor para que a acção de controlo se realize, desde que os controladores possuam os elementos necessários à localização clara das parcelas a controlar e consigam aceder fisicamente às mesmas.

No caso de haver notificação prévia do produtor, a mesma deverá ser feita nos termos da minuta do Anexo III-F, por carta registada com aviso de recepção.

Se, após notificação, o produtor não comparecer no local indicado, deverá ser enviada, em correio normal, nova carta, com conteúdo idêntico à primeira. Se, ainda assim, o produtor não

comparecer, não nomear qualquer representante, nem apresentar qualquer justificação para a não comparência, esta situação será considerada como **recusa de controlo**.

Serão, assim, consideradas **recusas de controlo**, as situações em que o produtor, ou o seu representante:

- Não comparece, tendo a sua presença sido solicitada;
- Se torna deliberadamente incontactável (desactualização dos seus dados);
- Impede ou recusa a realização de um controlo;
- Inviabiliza de qualquer forma o controlo, ou porque cria dificuldades ou porque não providencia a desobstrução dos acessos necessários à sua realização.

Se não for possível proceder a um controlo *in loco*, por razões imputáveis ao produtor ou ao seu representante, a equipa de controlo deverá indicar essa situação no relatório (no campo “**Recusa de Controlo**” da folha de “Rosto” – **modelo C1**) e informar o produtor, por escrito e nos termos da minuta do Anexo III-E, das consequências daí resultantes, isto é, a rejeição dos pedidos de ajudas directas e/ou apoios ao desenvolvimento rural, sujeitos à Condicionalidade, a que o produtor se tenha candidatado na presente campanha (nº 2 do artigo 23º do Título III do Regulamento (CE) nº 796/2004).

A **localização das parcelas** deverá ser efectuada com base nas saídas gráficas, as quais deverão acompanhar os controladores durante a acção de controlo (vidé Anexo II). De acordo com o Regulamento (CEE) nº 1550/2007, os controlos *in loco* abrangerão, se for caso disso, todas as parcelas da exploração. No entanto, a inspecção real no terreno, pode ser limitada a uma **amostra** de, pelo menos, **metade das parcelas** afectadas pelo requisito ou norma na exploração, contanto que a amostra garanta um nível fiável e representativo do controlo quanto aos requisitos e normas. Se forem detectados incumprimentos, a percentagem de parcelas efectivamente controladas deverá ser aumentada.

Sempre que, quando exigível, o produtor não apresente a totalidade dos documentos exigidos durante a acção de controlo, deverá ser notificado nos termos da minuta do Anexo III-A.

Em caso de **óbito do produtor**, o controlo deve ser normalmente realizado, de preferência na presença do “cabeça de casal”, do seu representante ou do responsável pela exploração.

6.2. Relatório de Controlo

O relatório de controlo, que deverá ser objectivo e preciso relativamente ao cumprimento / incumprimento dos indicadores por parte do produtor, é constituído pelos seguintes elementos

(vidé Anexo I):

a) "Folha de rosto" ou Capa – inclui os seguintes campos:

– *Ponto 1 – Identificação do produtor* (campos preenchidos automaticamente na emissão do relatório, quando existentes na base de dados):

Nome; Nº Contribuinte; Nº IFAP; Morada; Localidade; Código Postal; Telefone Morada e Telefone Contacto.

– *Ponto 2 – Informações complementares* (campos a serem preenchidos pela equipa controladora, com excepção do primeiro, referente à Entidade Controladora, cujo preenchimento é automático):

– Entidade Controladora;

– Data do controlo de campo (preenchimento obrigatório);

– Produtor / representante foi previamente contactado (S/N) (preenchimento obrigatório);

– Data do contacto prévio (preenchimento obrigatório, caso tenha assinalado “S” no campo anterior);

– Forma de contacto do produtor – exemplo: telefone, carta, etc. (preenchimento obrigatório caso tenha ocorrido contacto prévio);

– Produtor compareceu ao controlo após notificação prévia (S/N) (campo a preencher, apenas, caso tenha havido notificação prévia);

– Recusa de controlo (campo a preencher, caso o produtor impeça o acesso da equipa de controlo à sua exploração, ou caso não tenha sido possível contactar o produtor, mesmo após notificação por escrito).

– *Ponto 3 – Ficha de identificação da exploração* (ver descrição na alínea b)).

– *Ponto 4 – Ficha(s) de campo* (ver descrição na alínea c)).

– *Ponto 5 – Observações* – campos reservados a eventuais comentários subscritos pelo:

5.1. Produtor

5.2. Equipa Controladora

Caso o espaço disponível não seja suficiente, deverá ser utilizado o verso da folha para o efeito.

Sempre que, num RLG haja, pelo menos um indicador não conforme, a equipa de controlo deverá fundamentar esse incumprimento neste campo.

– *Ponto 6 – Resultado Final* – resultado final do controlo (preenchimento obrigatório). Quando o controlo for dado por concluído, no campo correspondente, o representante da DRACA na CAPC deverá assinalar:

No caso dos Fitofarmacêuticos, Lamas, Directiva Aves e Habitats, Águas Subterrâneas e Segurança Alimentar:

- “S” (Sim) – quando houver cumprimento de todos os indicadores ou os mesmos não sejam aplicáveis, estando assinalados a S ou a T, e ainda no caso específico das lamas, caso o produtor não tenha aplicado lamas;
- “N” (Não) – caso o produtor não cumpra pelo menos um indicador, ou seja, caso haja pelo menos um indicador assinalado a “N”, nas fichas de campo.
- “R” (IM resolvido) – caso o produtor não cumpra com os indicadores 4.2. da Directiva Nitratos, 1.1. da Directiva Aves e Habitats e 1.1. da Directiva Águas Subterrâneas, mas que entretanto tenha tomado medidas correctivas dos mesmos, ou seja, caso haja pelo menos um indicador assinalado a “R”, nas fichas de campo das Directivas mencionadas.

No caso dos Nitratos:

- “S” (Sim) – caso o produtor cumpra a totalidade dos indicadores.
- “N” (Não) – caso o produtor não cumpra pelo menos um indicador, ou seja, caso haja pelo menos um indicador assinalado a “N”, na ficha de campo.
- “T” (Não aplicável) – caso a Directiva não seja aplicável, ou seja, caso o produtor tenha parcelas localizadas em ZV’s sem Planos de Acção aprovados, ou não tenha quaisquer parcelas localizadas em ZV’s.
- “R” (IM resolvido) – caso o produtor não cumpra com os indicadores 4.2. da Directiva Nitratos, 1.1. da Directiva Aves e Habitats e 1.1. da Directiva Águas Subterrâneas, mas que entretanto tenha tomado medidas correctivas dos mesmos, ou seja, caso haja pelo menos um indicador assinalado a “R”, nas fichas de campo das Directivas mencionadas.

Esquematizando:

PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS			
1.1	1.2	1.3	Resultado Final
S	S	T	S
N	S	S ou N	N
N	N	S ou N	N
S	N	T	N
T	T	T	S

LAMAS		
Resposta à questão: “Aplicou Lamas...”	Indicadores	Resultado Final
N	Sem preenchimento	S
S	Todos a S	S
S	Pelo menos um a N	N

NITRATOS		
Resposta à questão: “Directiva aplicável...”	Indicadores	Resultado Final
N	Sem preenchimento	T
S	Todos a S	S
S	Pelo menos um a N	N
R	Um a R	R

AVES E HABITATS	
1.1	Resultado Final
S	S
N	N
R	R

SEGURANÇA ALIMENTAR				
1.1	1.2	2.1	2.2	Resultado Final
S ou T	S ou T	S ou T	S ou T	S
S, N ou T	S, N ou T	N	S	N
S, N ou T	S, N ou T	S	N	N
S, N ou T	S, N ou T	N	N	N

PROTECÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

1.1	2.1	Resultado Final
S ou T	S ou T	S
N	N	N
R	S ou T	R
N	S ou T	N
S ou T	N	N

No **ponto 6** existe, ainda, um espaço reservado à assinatura do representante da DRACA na CAPC, bem como um campo de “**Informações Complementares**”, onde deverá ser indicado, nomeadamente, se se trata de um **produtor de risco**, a controlar na campanha seguinte.

Em todas as páginas do Relatório existem campos destinados à **assinatura (legível) do produtor ou do seu representante**, certificando a sua presença na visita de controlo, bem como da **equipa controladora**.

Na primeira página, existem, também, campos para preenchimento do **código da equipa de controlo** (caso exista) e para a **identificação do representante** do produtor (nº do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, data de emissão e Arquivo onde foi emitido), nos casos em que o produtor, na impossibilidade de acompanhar a visita, nomear um representante.

b) Ficha de Identificação da Exploração

A ficha de identificação da exploração consiste num quadro contendo todas as parcelas da exploração, as quais se encontram identificadas pelo *nº sequencial, nº parcelar, nome da parcela, códigos administrativos de distrito, concelho e freguesia, descritivo da freguesia, área da parcela SIP* (área medida, através do Sistema de Informação Geográfica, de acordo com os limites indicados pelo agricultor no acto do inquérito), *Ocupação Cultural que não está preenchida, mas que está no quadro “Caracterização das sub parcelas” do iE que irá em anexo ao relatório de controlo, IQFP* (Índice de Qualificação Fisiográfica da Parcela – dado necessário no controlo da Directiva Nitratos) e *ZV (Zona Vulnerável, se preenchido indica que a parcela se situa em Zona Vulnerável, sendo por isso aplicável a Directiva Nitratos)*

Esta página será emitida tantas vezes quantas o nº de parcelas do produtor o justifique.

c) Ficha(s) de Campo

Produtos Fitofarmacêuticos e Segurança Alimentar (Produção Vegetal) e Protecção das Águas Subterrâneas

As fichas de campo consistem num quadro com **3 colunas**:

- A **1ª coluna**, identifica os indicadores aplicáveis;
- Na **2ª coluna** deverá ser assinalado:
 - “S” – Sim: caso o indicador em questão esteja conforme;
 - “N” – Não: caso o indicador em questão esteja não conforme;
 - “T” – Não aplicável: caso o indicador em questão seja não aplicável;
 - “R” – Resolvido: caso o indicador em questão esteja não conforme, mas que entretanto tenha tomado medidas correctivas do mesmo;
- A **3ª coluna** refere a pontuação aplicável, em caso de incumprimento de cada um dos indicadores. Esta pontuação reflecte, para cada indicador, a gravidade, extensão e permanência do seu incumprimento, de acordo com quatro classes:
 - incumprimento menor
 - pouco grave (pontuação 5);
 - grave (pontuação 10);
 - muito grave (pontuação 20).

Na ficha dos **Produtos Fitofarmacêuticos**, na linha destacada do quadro deverá ser assinalado “S”, “N” ou “T”, consoante a quantidade total de produtos não homologados existente na exploração seja, respectivamente, superior a 5 L (ou kg), inferior ou igual a 5 L (ou kg), ou inexistente.

Lamas, Nitratos e Aves e Habitats

Na ficha de campo das Directivas Lamas e Nitratos, o quadro só deverá ser preenchido, caso a resposta à questão que o antecede seja “**Sim**”.

O quadro tem **4 colunas**, duas das quais estão já preenchidas: a **1ª coluna**, que identifica os indicadores aplicáveis e a **4ª coluna**, referente à pontuação aplicável, em caso de incumprimento. Esta pontuação reflecte, igualmente, para cada indicador, a gravidade, extensão e permanência do seu incumprimento.

Na **2ª coluna** deverá ser assinalado:

- “Sim”, caso o indicador em questão esteja, para todas as parcelas, conforme ou não seja aplicável;

- “Não”, caso o indicador em questão esteja não conforme, em pelo menos uma das parcelas.
- “Resolvido”, caso o indicador em questão esteja não conforme, mas que entretanto tenha tomado medidas correctivas do mesmo;

Na **3ª coluna** deverá(ão) ser indicado(s) o(s) n^{o(s)} sequencial(is) da(s) parcela(s) onde foi(ram) detectada(s) irregularidade(s), que constam da 1ª coluna do Ponto 3 – Ficha de Identificação da Exploração.

Sempre que, num RLG haja, pelo menos um indicador não conforme, a equipa de controlo deverá fundamentar esse incumprimento no campo 5.2 da capa, no campo destinado a “Observações da Equipa Controladora”.

6.3. Equipa de Controlo

Cada equipa de controlo deverá ser constituída, por norma, por dois técnicos ou agentes credenciados. Anualmente, deverá ser comunicada ao IFAP (DCO/UPAC) a listagem dos técnicos ou agentes que realizarão as acções de controlo para a campanha em questão.

A direcção técnica do controlo é da competência DRACA.

6.4. Verificação dos Indicadores

Existem alguns indicadores cuja verificação passa pela apresentação de documentação vária por parte do produtor. Sempre que o mesmo não apresente a totalidade dos documentos exigidos, deverá ser notificado, nos termos da minuta do Anexo III-A, conforme já referido no ponto 6.1..

6.4.1. Directiva Produtos Fitofarmacêuticos

Compete à DGADR, através da Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e Sanidade Vegetal, proceder à homologação dos produtos fitofarmacêuticos, efectuando a sua avaliação no que respeita ao seu comportamento e influência nos ecossistemas, aos seus resíduos nas culturas, nos produtos agrícolas e nos compartimentos do ambiente, tendo em vista a saúde ocupacional, a defesa do consumidor, a preservação do ambiente e o estabelecimento das suas condições de utilização de acordo com as boas práticas fitossanitárias, culminando, todo este processo, na concessão de uma autorização de venda.

Um produto fitofarmacêutico só pode ser comercializado e/ou utilizado, no território nacional, após ser titulado com essa autorização de venda, concedida na sequência da apresentação, pelo seu produtor, de um pedido, através do qual se aprova, de acordo com um esquema nacional de homologação, a comercialização e utilização do produto em causa.

No âmbito desta Directiva deverão ser controlados dois indicadores:

Indicador 1.1: Utiliza produtos fitofarmacêuticos homologados no território nacional?

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo verifique se, durante o presente ano civil, o produtor utilizou ou pretende utilizar produtos fitofarmacêuticos na sua exploração e se os mesmos estão homologados no território nacional.

Indicador 1.2: Existência de registo actualizado de tipo documental, manual ou informático de utilização dos produtos fitofarmacêuticos correctamente preenchido, no ano a que diz respeito?

Relativamente a este indicador, o controlo efectuado em 2008 teve em carácter essencialmente didáctico e de divulgação, tendo sido dadas instruções no sentido de os técnicos que efectuaram o controlo desta Directiva naquela campanha divulgarem, junto dos produtores, a obrigatoriedade da existência do registo.

6.4.1.1. Execução do Controlo

No decurso do controlo *in loco*, a equipa de controlo deverá preencher o quadro que consta do ponto 4.1. do Relatório de Controlo.

Para verificação do cumprimento dos indicadores associados a esta Directiva, a equipa de controlo deverá:

1. Questionar o produtor sobre a utilização ou não de produtos fitofarmacêuticos, nas culturas durante o ano civil de 2009.

• O Produtor não utilizou quaisquer produtos fitofarmacêuticos:

Se o produtor afirmar que não utilizou quaisquer produtos fitofarmacêuticos, considera-se a Directiva como “não aplicável”, pelo que, na coluna de “Cumpre”, a equipa controladora deverá **assinalar os vários campos a “T”**.

- **O Produtor utilizou produtos fitofarmacêuticos:**

Se o produtor afirmar que, efectivamente, utilizou produtos fitofarmacêuticos, a equipa de controlo deverá questioná-lo sobre a existência das respectivas embalagens e facturas, bem como do Registo dos mesmos.

Por verificação dos rótulos das embalagens e/ou facturas de aquisição, deverá concluir se os produtos aí existentes estão ou não homologados no território nacional, isto é, se constam ou não da “Listagem de produtos fitofarmacêuticos com autorização de venda em Portugal” do Anexo V-A do presente Manual.

O produtor deve ser questionado quanto às culturas que faz na sua exploração sendo, para cada cultura, identificados os produtos fitofarmacêuticos utilizados e confirmada (ou não) a sua homologação.

No decurso desta verificação, podem identificar-se **duas situações distintas**:

- ✓ **O produtor utilizou, apenas, produtos fitofarmacêuticos homologados**

Se a equipa de controlo concluir que:

- todos os produtos fitofarmacêuticos utilizados pelo produtor constam da “Listagem de produtos fitofarmacêuticos com autorização de venda em Portugal” do Anexo V-A; ou
- não fazendo parte dessa Listagem, constam da “Listagem de Cancelamento de AV’s e APV’s” do Anexo V-B, e a sua “Data Limite para Utilização” ainda não expirou;

Na coluna do “Cumprir” deve **assinalar a “S”** o campo correspondente ao **indicador 1.1..**

- ✓ **O produtor utilizou, pelo menos, um produto fitofarmacêutico não homologado**

Se a equipa de controlo concluir que o produtor aplicou:

- **pelo menos um** produto fitofarmacêutico que não consta da “Listagem de produtos fitofarmacêuticos com autorização de venda em Portugal” do Anexo V-A; ou
- **pelo menos um** produto que consta da “Listagem de Cancelamento de AV’s e APV’s” do Anexo V-B, mas cuja “Data Limite para Utilização” já expirou;

Na coluna do “Cumprir” deve **assinalar a “N”** o campo correspondente ao **indicador 1.1..**

No campo 5.2. da folha de rosto deverá ser identificado(s) o(s) nome comercial e o n.º da APV ou AV do(s) produto(s) não homologado(s) utilizado(s)/verificado(s) na exploração

Deverá, igualmente, verificar se a quantidade total de produtos não homologados existentes na exploração é ou não superior a 5 L (ou kg) e **assinalar**, respectivamente, a **“S”** ou a **“N”** o campo correspondente, na coluna do “Cumpre (S/N/T)”.

2. Questionar o produtor sobre a existência ou não do Registo actualizado de tipo documental, manual ou informático de utilização dos produtos fitofarmacêuticos correctamente preenchido, no presente ano.

A equipa de controlo deverá questionar o produtor da existência do Registo, o qual deverá conter a seguinte informação (vide Anexo IV):

1. Identificação do produto fitofarmacêutico (nome comercial do produto);
2. Identificação da APV ou AV (nº autorização de venda que consta no rótulo);
3. Identificação da cultura onde o produto foi aplicado;

Como na presente campanha a existência de Registo já é obrigatória, sempre que o produtor não o possua ou o mesmo não contenha a informação acima identificada, a equipa de controlo deverá considerar em incumprimento o **indicador 1.2.** e assinalar a **“N”** o campo correspondente da coluna do “Cumpre (S/N/T)”.

Contudo, a equipa de controlo deverá alertar sempre o produtor para a necessidade de o fazer, facultando-lhe o modelo que consta do Anexo IV e fornecendo-lhe as instruções necessárias, de modo a que o mesmo proceda ao seu preenchimento, a partir daquela data.

6.4.2. Directiva Lamas

6.4.2.1 Licença e registo de aplicação

No que respeita à licença para valorização agrícola de lamas de depuração, deverão ser verificados os seguintes pontos, constantes da licença e respectivos anexos:

- a) Identificação do produtor;
- b) Identificação do produtor/titular da exploração;
- c) Data de emissão da licença;
- d) Origem das lamas e quantidades autorizadas.

No que respeita ao registo de aplicação, há que verificar:

- a) Através do nº de parcelário, as quantidades aplicadas na parcela e na cultura que consta no anexo;
- b) Confrontar o calendário de aplicação para a cultura declarada no anexo, tendo por base a legislação em vigor e o código das boas práticas agrícolas;
- c) Se as quantidades aplicadas por hectare correspondem às quantidades declaradas no anexo para cada uma das parcelas, tendo como referência o limite máximo de 5 ton/ha.

6.4.2.2 Controlo das distâncias permitidas para a aplicação de lamas

A equipa controladora deverá:

- a) Com base no parcelário, assinalar se são cumpridas as distâncias obrigatórias para casas individuais, povoações, margem de cursos de água e lagoas, poços e furos para rega ou captações de água para consumo humano;
- b) No caso de se verificar algum incumprimento, registar, no campo 5.2 das “Observações”, a gravidade e se pode, eventualmente, corrigir-se.

6.4.2.3 Controlo da aplicação de lamas

Deverá ser verificado se a cultura em que foi aplicada a lama corresponde, na realidade, à cultura instalada (o restolho ou os restos das culturas servem de indicador), bem como se o período de distribuição de lamas foi respeitado.

A equipa de controlo deve ter presente que é proibida a entrega ou aplicação de lamas destinadas a serem utilizadas em:

- Prados ou culturas forrageiras, dentro das 3 semanas imediatamente anteriores à apascentação do gado ou à colheita de culturas forrageiras;
- Culturas hortícolas e hortifrutícolas, durante o período vegetativo;
- Solos destinados a culturas hortícolas e hortifrutícolas, que estejam normalmente em contacto directo com o solo e que sejam normalmente consumidas em cru, durante um período de 10 meses antes da colheita e durante a colheita;
- Solos destinados ao modo de produção biológico.

6.4.3 Directiva Nitratos

6.4.3.1 Armazenamento temporário de estrumes e chorumes a mais de 5 metros de uma fonte, poço ou captação de água

A equipa de controlo deverá distinguir entre a normal utilização agronómica de estrumes e chorumes nas culturas e o armazenamento temporário destes materiais fertilizantes. Dado não estar estabelecido um prazo limite, será considerado “*armazenamento temporário*”, a deposição de estrumes ou chorumes por prazos superiores a 24 horas, nas condições definidas. A equipa de controlo terá em conta não só as fontes, poços ou captações de água localizados em parcelas do produtor controlado, como também em parcelas vizinhas não pertença do produtor, que deverão ser, igualmente, respeitadas.

6.4.3.2 Pavimento das nitreiras impermeabilizado

Como pavimento impermeabilizado, entende-se o revestimento do solo com um material estanque à passagem da água. Em qualquer situação, o estrume não poderá permanecer em contacto directo com o solo do local onde é armazenado, ainda que tenha existido prévia compactação do solo ou actuação semelhante.

No caso de a nitreira não estar localizada numa parcela identificada no parcelário e/ou a parcela não constar do relatório de controlo, o controlador deverá referir o facto no campo 5.2. das “Observações”, devendo ser explícito quanto ao código (S ou N) que atribui a este indicador.

6.4.3.3 Capacidade da nitreira / Capacidade dos tanques de armazenamento de efluentes zootécnicos

A equipa técnica de controlo deverá garantir que a capacidade de armazenamento das nitreiras e tanques de armazenamento é suficiente para um período de 150 e 180 dias, respectivamente. A capacidade deverá ser calculada de acordo com a fórmula:

$$V = d * n * y$$

Em que: V = capacidade da nitreira ou fossa
 d = nº de dias de retenção do efluente
 n = nº de cabeças de gado
 y = volume de efluente diário / cabeça

Uma vez que os Programas de Acção aprovados não indicam o volume diário de efluente produzido por cabeça, serão tomados como valores de referência para efeito de cálculo e validação da capacidade de armazenamento de efluentes (nitreiras e fossas), os valores constantes no Decreto-Lei nº 202/2005, de 24 de Novembro, que estabelece o regime jurídico do

licenciamento das explorações bovinas, nomeadamente o estabelecido no seu *Anexo IV – Normas técnicas* para valorização de efluentes das explorações agrícolas, alíneas c) e d), que a seguir se transcrevem e de acordo com as quais se entende por:

“c) *Capacidade total de armazenagem de efluentes* - o somatório da capacidade de contenção dos efluentes, designadamente fossas, nitreiras, valas de condução dos efluentes dos estábulos até ao sistema geral de armazenamento, lagoas impermeabilizadas e outros reservatórios previstos para o efeito, sendo ainda de contabilizar, nesta capacidade total, a volumetria contratualizada, quer seja aluguer de fossas (cisternas), quer acesso a unidades de tratamento de águas residuais (ETAR);

d) *Capacidade de armazenamento por cabeça normal* - o volume necessário para armazenar durante quatro meses o efluente de um animal adulto, correspondendo a 7 m³ ou a 6 m³ caso haja lugar a separação da fracção líquida (por um qualquer método, mecânico, químico ou físico), e devendo a capacidade de armazenamento ser suficiente para conter o chorume de, pelo menos, quatro meses, a menos que tenha um sistema de eliminação seguro e que funcione durante todo o ano.”

Nas Zonas Vulneráveis, a capacidade de armazenamento das nitreiras e de tanques de armazenamento (fossas) varia entre 150 e 180 dias, dependendo da Zona Vulnerável, enquanto o normativo legal para licenciamento das explorações bovinas estabelece uma capacidade de armazenamento por cabeça normal de 6 e 7 m³/CN, conforme a exploração está ou não dotada de sistema de separação da fracção líquida.

Estabelecendo um paralelo entre os dois diplomas legais, obtemos os valores de capacidade de armazenamento necessários para as Zonas Vulneráveis, considerando os mesmos índices unitários de capacidade de armazenamento / CN necessários, mas com os períodos de retenção exigidos pelos Programas de Acção das Zonas Vulneráveis.

		Decreto-Lei nº 202/2005		Zonas Vulneráveis	
		Período de armazenamento	Capacidade/CN	Período de armazenamento	Capacidade/CN
Capacidade de armazenamento necessária	Sem separação sólido/líquido	120 Dias	7 m ³ /CN	150 Dias	8,7 m ³ /CN
	Com separação sólido/líquido	120 Dias	6 m ³ /CN	150 Dias	7,5 m ³ /CN
	Nitreira	-	-	180 Dias	9 m ³ /CN

A capacidade total de armazenamento de efluentes deverá ser considerada tal como definida na alínea c) do Anexo IV do Decreto – Lei nº 202/2005 e acima transcrita (inclui a capacidade de contenção de efluentes própria e contratualizada).

Considera-se como admissível, um desvio de 20 % entre o valor teórico para a capacidade total de armazenamento e o valor encontrado pela equipa de controlo, consideradas as dificuldades de ordem prática que podem surgir na recolha exacta das dimensões. Assim, para uma diferença desta ordem de grandeza, a equipa de controlo deverá considerar este indicador como “conforme”.

Para cálculo do número de CN será utilizada a seguinte tabela de conversão:

Espécie	Cabeças Normais
Bovinos com mais de 2 anos	1,00
Bovinos de 6 meses a 2 anos	0.60
Ovinos (mais de 1 ano)	0,15
Caprinos (mais de 1 ano)	0,15
Equídeos (mais de 6 meses)	1,00
Suínos (mais de 8 meses)	0,33

6.4.3.4 Ficha de registo de fertilização por parcela ou grupos de parcelas homogéneas

A equipa de controlo terá em conta que a referida ficha é obrigatória para parcelas com a área superior a 0,5 ha ou a 2 ha, conforme se tratem de explorações hortícolas ou outras explorações; exceptuam-se as parcelas ou grupo de parcelas homogéneas, cuja área dentro da Zona Vulnerável seja inferior a 0,5 ha no caso de explorações hortícolas, ou a 2 ha no caso das restantes explorações.

O preenchimento da ficha deverá evidenciar, da parte do produtor, o cuidado de registo dos fertilizantes aplicados a cada cultura, exigindo-se, no mínimo, o registo das quantidades de fertilizantes orgânicos (estrumes e chorumes), a quantidade e designação comercial de adubos químicos, assim como o volume de água de rega (m³), para ser considerado como cumprido este indicador.

6.4.3.5 Boletins de análise (designadamente análise dos efluentes orgânicos, solo, água e foliar) e respectivos pareceres técnicos

Em anexo à ficha de registo de fertilização, devem existir os boletins de análise relativos ao teor

em azoto dos efluentes orgânicos (estrumes e chorumes), da água para rega (teor de nitratos em mg/l), do solo e análise foliar (culturas arbóreas e arbustivas). Estas análises devem ser efectuadas anualmente, quando aplicáveis.

O produtor deve recorrer a laboratórios especializados que, em função da análise da terra, da água e/ou da análise foliar, recomendarão a fertilização mais adequada, incluindo a quantidade e forma de azoto a aplicar e a época e técnica de aplicação, tendo sempre em conta as quantidades máximas permitidas.

Os boletins de análise e respectivos pareceres técnicos devem acompanhar a ficha de registo de fertilização.

6.4.3.6 Aplicação de fertilizantes e/ou correctivos orgânicos em terrenos declivosos

Não pode ser efectuada a aplicação de fertilizantes e/ou correctivos orgânicos, em terrenos com IQFP de 4 ou 5.

6.4.3.7 Quantidade de azoto por cultura constante na ficha de registo de fertilização

A quantidade de azoto a aplicar a cada cultura, é calculada tendo em consideração a quantidade veiculada na água de rega, nos fertilizantes orgânicos, nos adubos e nos resíduos das culturas. A equipa de controlo deve ter em consideração, as quantidades máximas de azoto e fósforo a aplicar às culturas, em kg N/ha e kg P₂O₃, tendo de verificar se são cumpridos os limites máximos estabelecidos.

A equipa de controlo deve ter em consideração que, nos termos do artigo 9º das Portarias nºs 44/2006 e nº 47/2006, de 22 de Junho (para as ZV's nº 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8):

- A quantidade máxima de **azoto** a aplicar nas pastagens (temporárias e permanentes) e milho é de 55 kg N/ha/ano, devendo esta ser aplicada de uma forma fraccionada;
- As quantidades máximas de **fósforo** a aplicar nas pastagens (temporárias e permanentes) e milho são as seguintes, em função dos resultados das análises de terra (método de Egner-Riehm):

Análise de Terra (ppm P ₂ O ₅)	Quantidade máxima (kg P ₂ O ₅ por ha e ano)
<50	60
51 – 100	30
101 – 150	20
>151	0

6.4.3.8 Época de aplicação dos fertilizantes

A equipa de controlo deverá ter em conta que, nos termos do artigo 4º das Portarias nºs 44/2006 e nº 47/2006, de 22 de Junho (ZV's nº 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8) a aplicação de fertilizantes minerais e/ou orgânicos não pode ser efectuada na época de maior precipitação, de Novembro a Fevereiro, e deverá ser evitada em períodos de fortes chuvadas que originem a lavagem dos mesmos, sobretudo quando os solos estão escassamente cobertos ou nus, não permitindo às plantas absorver os nutrientes fornecidos pelos fertilizantes.

6.4.3.9 Limitações às culturas e às práticas culturais

Nos termos do artigo 6º das Portarias nºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho (ZV's nº 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8), a aplicação de fertilizantes em terrenos declivosos deverá ter em conta o risco de escorrimentos superficiais, de modo a minorar o risco de erosão e, consequentemente, as perdas de azoto e de outros nutrientes nas águas de escoamento.

As limitações às culturas hortícolas, anuais, arbóreas, arbustivas, pastagens e suas práticas culturais agrícolas, de acordo com o IQFP (Índice de Qualificação Fisiográfica da Parcela), constam do quadro abaixo. A equipa de controlo deve identificar, para cada parcela a controlar, o IQFP respectivo, e verificar se, para cada cultura, as práticas culturais utilizadas pelo requerente, estão de acordo com o estabelecido para a Zona Vulnerável respectiva.

IQFP	Culturas hortícolas	Culturas anuais	Culturas arbóreas e arbustivas	Pastagens
5*	Não são permitidas.	Não são permitidas.	A instalação de novas culturas arbóreas e arbustivas apenas é permitida nas situações que a Direcção Regional competente em matéria de desenvolvimento agrário venha a considerar tecnicamente adequadas;	A instalação de novas pastagens apenas é permitida nas situações que a Direcção Regional competente em matéria de desenvolvimento agrário venha a considerar tecnicamente adequadas;
4*	Não são permitidas.	Não são permitidas.	Revestimento da entrelinha durante o Outono - Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	Melhoria da pastagem natural sem mobilização do solo. Controlo mecânico ou manual das espécies arbustivas (sem intervenção no solo).
3*	Não são permitidas.	Culturas instaladas em rotações. Culturas com duração mínima de quatro anos, incluindo culturas forrageiras ou prados temporários.	Revestimento da entrelinha durante o Outono - Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	Pastagens semeadas com duração mínima de cinco anos. Controlo mecânico ou manual das espécies arbustivas (sem intervenção no solo).
2*	Não são permitidas, excepto se cumpridas as seguintes condições: Revestimento do solo durante a época das chuvas com vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta; Não mobilização do solo durante o período de Outono-Inverno.	Manter o solo revestido durante a época das chuvas até à Primavera.	Revestimento da entrelinha durante o Outono - Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	
1*	Manter o solo revestido durante o período de Outono - Inverno	Manter o solo revestido durante a época das chuvas até à Primavera.	Revestimento da entrelinha durante o Outono - Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	

6.4.4. Directiva Aves e Habitats

O indicador “1.1. Recolha e concentração de resíduos de origem agrícola” foi introduzido, em 2009, nas Directivas Aves e Habitats e é também aplicável às parcelas que se situam fora da Rede Natura 2000. Daí a necessidade de se proceder à verificação do seu cumprimento nas explorações dos produtores marcados para controlo no âmbito da Condicionalidade.

Para verificação do cumprimento deste indicador, a equipa de controlo deverá confirmar se o produtor procede à recolha, concentração e posterior armazenamento dos resíduos de origem agrícola em locais adequados na exploração, promovendo a sua posterior entrega a entidades acreditadas para a recolha e tratamento dos materiais em questão.

Neste quadro, a equipa de controlo deverá indicar, na **2ª coluna**:

- “S”, caso o indicador em questão esteja conforme, para todas as parcelas, ou não seja aplicável;
- “N”, caso o indicador em questão esteja não conforme, em pelo menos uma das parcelas.
- “R”, caso o indicador em questão esteja não conforme, em pelo menos uma das parcelas, mas que entretanto o produtor tenha tomado medida correctivas.

No campo das “Observações” deverá(ão) ser indicado(s) o(s) n^{o(s)} sequencial(is) da(s) parcela(s) onde foi(ram) detectada(s) irregularidade(s) neste indicador.

No caso concreto do indicador “1.2. Recolha e concentração de resíduos de origem agrícola” estar não conforme, e uma vez que o seu incumprimento pode ser considerado um **Incumprimento Menor (“IM”)**, no campo **5.2. da folha de rosto** o produtor deverá subscrever o seguinte:

*“Declaro que assumo o compromisso de num prazo de **10 dias úteis**, a contar da presente data, comunicar, por escrito, ao SDA a regularização do incumprimento verificado no indicador 1.1., relativo à “Recolha e concentração dos resíduos de origem agrícola” existentes na minha exploração.*

Tomei, ainda, conhecimento que a situação de incumprimento manter-se-á, caso este prazo não seja cumprido.”

6.4.5. Higiene e Segurança Alimentar – Produção Vegetal

A fim de garantir a protecção da saúde humana e dos interesses dos consumidores em relação aos géneros alimentícios, torna-se necessário controlar todos os aspectos da cadeia alimentar na sua continuidade, iniciando-se este controlo na produção primária.

O Regulamento (CE) nº 178/2002 da Comissão, de 28 de Janeiro determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios¹ e alimentos para animais².

No âmbito deste Regulamento, e de acordo com o Aviso nº 9089/2008, de 26 de Março, em 2008 deverão ser controlados três indicadores: os dois primeiros, referentes à existência de Registos (1.1 e 1.2) e o último relacionado com a existência de Processo de Infracção (2.1 e 2.2).

Indicador 1.1: Existência de registo actualizado de tipo documental, manual ou informático, que permita a identificação do cliente a quem forneçam determinado produto no ano a que diz respeito (a amostra de controlo)

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo verifique se todos os produtos primários de origem vegetal, que foram transaccionados pelo produtor (**à excepção dos que foram vendidos directamente ao consumidor final**, que não são abrangidos) no presente ano civil, possuem algum tipo de registo.

A obrigatoriedade deste **registo não se aplica** à produção primária destinada a uso doméstico, nem à preparação, manipulação e armazenagem domésticas de géneros alimentícios para consumo privado, nem nos casos em que o produto é vendido directamente ao consumidor final.

Caso o produtor não se enquadre nas situações acima descritas, devem ser solicitadas as facturas da comercialização do(s) principal(is) produto(s) comercializado(s) no presente ano ou, caso o produtor não emita facturas, qualquer outro tipo de registo que contenha os elementos expressos neste indicador: identificação do cliente, produto, data da transacção e quantidade transaccionada.

- 1) **Género alimentício (ou alimento para consumo humano):** qualquer substância ou produto transformado, parcialmente transformado ou não transformado, destinado a ser ingerido pelo ser humano ou com razoáveis probabilidades de o ser. O termo **não inclui**, nomeadamente: alimentos para animais; plantas, antes da colheita; tabaco e produtos de tabaco; etc. (art. 2º do Regulamento (CE) nº 178/2002, de 28 de Janeiro).
- 2) **Alimento para animais:** qualquer substância ou produto, incluindo os aditivos, transformado, parcialmente transformado ou não transformado, destinado a ser utilizado para a alimentação oral de animais.

Caso as facturas apresentadas possuam estes elementos, o produtor não necessita de ter qualquer outro sistema de registo que replique a informação que consta dessas mesmas facturas. Se, à data do controlo, o produtor não tiver em sua posse as facturas solicitadas, por as mesmas estarem, por exemplo, no Contabilista, o produtor deverá ser notificado e concedendo-lhe um prazo para o envio de cópia das mesmas (Anexo III-A).

A equipa de controlo deverá informar os produtores que não emitem facturas, da obrigatoriedade de, conforme previsto na legislação, os mesmos manterem um registo actualizado, dos elementos expressos neste indicador.

Indicador 1.2: Existência de registo actualizado relativo à utilização de sementes geneticamente modificadas, no ano a que diz respeito (a amostra de controlo)

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo verifique se o produtor que cultiva variedades geneticamente modificadas tem na sua posse, cópia actualizada do Anexo II do D.L nº 160/2005, de 21 de Setembro, que a seguir se transcreve:

ANEXO II

Modelo de notificação de cultivo de variedades geneticamente modificadas

Modelo de notificação de cultivo de variedades geneticamente modificadas

NOTIFICAÇÃO DE CULTIVO DE VARIEDADES GENETICAMENTE MODIFICADAS					
Organização de Agricultores ou Direcção Regional de Agricultura:				N.º de entrada:	
Nome/Denominação do agricultor:			NIF:	Tel./Fax/Tim:	
Morada:					
Nome, morada da exploração agrícola:					
Acção de formação realizada (indicar a data e a entidade formadora):					
Espécie/variedade ^{a)}	N.º do lote de semente	N.º de parcelário	Área a semear ou a plantar	Data provável de sementeira ou plantação	Medida(s) de coexistência ^{b)}
Data:		Assinatura:			
^{a)} Indicar a classe FAO no caso milho; ^{b)} Indicar a(s) medida(s) de coexistência escolhidas: ZP - zona de produção; DI - distância de isolamento; LB - linhas de bordadura; ES - escalonamento de sementeira; DP - desfasamento de florações.					

Trata-se de um modelo de notificação de cultivo de variedades geneticamente modificadas que o produtor tem de entregar na Organização de Agricultores ou na DRDA, o mais tardar até 20 dias antes da data prevista para a sementeira ou plantação, e onde vem indicada a espécie e variedade geneticamente modificada a cultivar, a área e local onde irá efectuar o cultivo e as medidas de coexistência que se obriga a aplicar.

Qualquer alteração ocorrida nos elementos constantes desta notificação deverá ser comunicada, pelo produtor, à Organização de Agricultores e à DRDA respectivas, antes de efectuar a sementeira.

Indicador 2.1: Tem processo de infracção relativamente à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo obtenha informação junto da DRDA, da existência ou não de um processo de infracção, relativo à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar.

Indicador 2.2: Tem processo de infracção por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal, no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo obtenha informação junto da DRDA, da existência ou não de um processo de infracção, por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal, no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.

6.4.5.1. Execução do Controlo

No decurso do controlo *in loco*, a equipa de controlo deverá preencher o quadro que consta do ponto 4.5. do Relatório de Controlo.

Para verificação do cumprimento dos indicadores a equipa de controlo deverá:

1. Questionar o produtor sobre a existência ou não do Registo actualizado de tipo documental, manual ou informático, que permita a identificação do cliente a quem o produtor fornece determinado produto no ano civil de 2009.

A equipa de controlo deverá questionar o produtor sobre os clientes a quem, no presente ano, vendeu o(s) principal(is) produto(s) produzido(s) na sua exploração. Sempre que a venda desse(s) produto(s), não tenha sido feita directamente a consumidores finais, deverá ser solicitada a apresentação das facturas ou qualquer outro tipo de registo, que contenha a seguinte informação:

1. Identificação do cliente;
2. Produto / descrição;

3. Data de transacção;
4. Quantidade de produto.

Por “produto” entende-se qualquer produto vegetal produzido na exploração e que foi transaccionado (exemplo: sementes de cereais, produtos hortícolas ou frutícolas, milho silagem, etc.).

Consoante a situação, na coluna do “Cumprimento (S/N/T)”, correspondente ao **indicador 1.1**, a equipa deverá:

- ✓ **Assinalar a “S”** se apresentar as facturas ou qualquer outro tipo de registo do(s) principal(is) produto(s) que comercializou este ano, com as menções atrás referidas (1 a 4).
- ✓ **Assinalar a “N”**, se estiver em falta a facturação ou outro tipo de registo relativo ao(s) principal(is) produto(s) comercializado(s) no presente ano.
- ✓ **Assinalar a “T”**, se se tratar de um pequeno agricultor, cuja produção se destina a auto-consumo ou a venda directa ao consumidor final, uma vez que, neste caso, não é exigível ao produtor a apresentação de facturas ou qualquer outro tipo de registo.

2. Questionar o produtor sobre a existência ou não de registo actualizado relativo à utilização de sementes geneticamente modificadas, no ano civil de 2009.

Na coluna do “Cumprimento (S/N/T)”, correspondente ao **indicador 1.2**, a equipa de controlo deverá:

- ✓ **Assinalar a “S”**, se o produtor tiver semeado variedades geneticamente modificadas e tiver em seu poder cópia actualizada da notificação (Anexo II do D.L nº 160/2005), entregue na Organização de Agricultores ou na DRAP.
- ✓ **Assinalar a “N”**, se o produtor tiver semeado variedades geneticamente modificadas e não apresentar cópia actualizada da notificação (Anexo II do D.L nº 160/2005), entregue na Organização de Agricultores ou na DRAP.
- ✓ **Assinalar a “T”**, se o produtor não utilizar sementes geneticamente modificadas na sua exploração.

3. Tem processo de infracção:

- Relativamente à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género

alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar;

- Por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal, no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.**

Após cruzar a informação obtida nos serviços da DRDA, na coluna do “Cumpre (S/N/T)”, correspondente ao **indicador 2.1 e 2.2**, a equipa de controlo deverá (ainda em gabinete) preencher uma das **duas situações distintas**:

✓ **Assinalar a “S”, se se confirmar a inexistência de processo de infracção** relativamente à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar; e/ou por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal, no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.

✓ **Assinalar a “N”, se não se confirmar a inexistência de processo de infracção** relativamente à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar; e/ou por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal, no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.

Neste caso, os controladores deverão anexar ao relatório de controlo, cópia do(s) referido(s) processo(s).

6.4.6. Directiva Protecção das Águas Subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas

No âmbito desta Directiva deverão ser controlados dois indicadores:

- Indicador 1: Resíduos de produtos fitofarmacêuticos;
- Indicador 2: Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos.

6.4.6.1. Resíduos de produtos fitofarmacêuticos

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo verifique se o produtor assegura a recolha e concentração dos resíduos de embalagens e de excedentes de produtos fitofarmacêuticos, mantendo estes excedentes nas embalagens de origem, e concentrando-os

temporariamente na exploração agrícola, utilizando, para o efeito, os espaços destinados ao seu armazenamento, procedendo, posteriormente, à sua entrega nos estabelecimentos de venda ou noutros locais definidos para o efeito.

Neste sentido, a equipa de controlo deverá questionar o produtor sobre a utilização de produtos fitofarmacêuticos e o destino dado às embalagens dos mesmos, quer quando armazenadas para posterior utilização, quer quando vazias ou fora de uso.

Se o produtor afirmar que nunca utiliza produtos fitofarmacêuticos e que, como tal, não possui resíduos de embalagens e de excedentes, considera-se que este indicador é “não aplicável”, pelo que, na coluna do “Cumpre (S/N/T)”, a equipa de controlo deverá assinalar “T” na linha correspondente ao **indicador 1.1..**

Caso contrário, este campo deverá ser preenchido a “S” ou a “N”, consoante a equipa de controlo considere, após verificação da situação existente, que há ou não cumprimento do indicador.

Caso não aja não cumprimento do indicador, mas o produtor entretanto tome medidas correctivas este campo deverá ser preenchido a “R”.

6.4.6.2. Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos

Relativamente a este indicador, pretende-se que a equipa de controlo verifique se o produtor mantém os fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos armazenados em local resguardado, seco, ventilado, sem exposição directa ao sol, com piso impermeabilizado e a mais de 10 metros de cursos / linhas de água, valas, condutas de drenagem, poços, furos ou nascentes, excepto no caso de depósitos de fertirrega que tenham um sistema de protecção contra fugas.

Neste sentido, a equipa de controlo deverá questionar o produtor sobre a utilização de fertilizantes e o local onde os mesmos são armazenados.

Se o produtor afirmar que nunca utiliza fertilizantes nem produtos fitofarmacêuticos e que, como tal, não possui armazenados quaisquer um destes produtos, considera-se que este indicador é “não aplicável”, pelo que, na coluna do “Cumpre (S/N/T)”, a equipa de controlo deverá assinalar “T” na linha correspondente ao **indicador 2.1..**

Caso contrário, este campo deverá ser preenchido a “S” ou “N”, consoante a equipa de controlo considere, após verificação do local onde é feito o armazenamento, que há ou não cumprimento do indicador.

7. ANÁLISE E DECISÃO SOBRE AS ACÇÕES DE CONTROLO

Atendendo a que os indicadores inerentes a cada Directiva se caracterizam pela sua diversidade, pelo seu grau de importância e pela maior ou menor dificuldade da sua implementação, o seu incumprimento será avaliado, através da atribuição de uma pontuação, segundo (artigo 41º do Regulamento (CE) nº 796/2004 da Comissão, de 21 de Abril):

- **Extensão** – para a sua determinação deve ter-se em conta, nomeadamente, se o incumprimento é de grande alcance ou se se limita apenas à exploração;
- **Gravidade** – depende, nomeadamente, da importância das respectivas consequências, atendendo aos objectivos do requisito ou norma em causa;
- **Permanência** – depende, nomeadamente, do período durante o qual dura o efeito ou do potencial para pôr termo a esse efeito através de meios razoáveis.

O incumprimento de um ou mais indicadores poderá conduzir à aplicação de uma **taxa de penalização** sobre o montante total das ajudas directas e/ou apoios ao desenvolvimento rural sujeitos a Condicionalidade e auferido pelo produtor na presente campanha.

Entende-se por **incumprimento “reiterado”**, o incumprimento do mesmo requisito ou norma, no âmbito da Condicionalidade, determinado mais do que uma vez num período de três anos consecutivos, desde que o produtor tenha sido informado de um incumprimento anterior e, se for caso disso, tenha tido a possibilidade de tomar medidas necessárias para pôr termo a esse incumprimento anterior. Esta situação poderá conduzir ao agravamento da taxa de penalização da condicionalidade aplicada, ou mesmo à exclusão das ajudas acima referidas, caso se verifiquem subsequentes reiterações.

Quando for detectado o **incumprimento em um ou mais indicadores**, deverá ser enviada ao produtor, com a máxima brevidade, uma carta registada e com aviso de recepção, informando-o de tal facto e concedendo-lhe um prazo de 10 dias úteis para a apresentação de uma justificação, conforme disposto no artigo 101º do Código de Procedimento Administrativo (vidé Anexo III-B). Em caso de óbito do produtor, a situação detectada deverá ser comunicada ao “cabeça de casal” ou aos “Herdeiros de...”.

Findo aquele prazo, caso o produtor não apresente qualquer resposta, ou os argumentos por ele invocados não permitam justificar a situação detectada, tal deverá ser-lhe comunicado, nos termos da minuta constante do Anexo III-C ou Anexo III-D, respectivamente.

Incumprimento Menor (IM)

De acordo com o Regulamento (CE) nº 146/2008 do Conselho, de 14 de Fevereiro, a experiência revelou a necessidade de prever uma certa tolerância para os casos menores de incumprimento dos requisitos de condicionalidade, cuja gravidade, extensão e persistência não justifiquem uma redução imediata dos pagamentos a conceder, sujeitos a condicionalidade. Tal medida de tolerância, deverá incluir um acompanhamento adequado por parte da autoridade nacional competente até o incumprimento ter sido sanado. Contudo, os casos de incumprimento que constituam um risco directo para a saúde pública ou animal não são considerados menores.

Conforme anteriormente referido, a menos que o agricultor tenha tomado medidas correctivas imediatas, pondo termo ao incumprimento detectado, deverá ser concedido um **prazo de 10 dias úteis**, a contar da data da visita de controlo, para que o mesmo comunique, por escrito, à DRACA, DRDA ou SDA, a regularização da(s) situação(ões). Se findo este prazo, a situação não for corrigida ou nada for comunicado, o(s) incumprimento(s) manter-se-á(ão).

Procedimentos Finais

Os relatórios de controlo e os elementos eventualmente apresentados pelos produtores serão posteriormente analisados pelo representante da Direcção Regional na CAPC. Baseado nestes elementos, o representante da CAPC deverá referir de forma explícita, no ponto 6 da folha de rosto do Relatório, se cada RLG está conforme (S), não conforme (N) ou, no caso específico dos Nitratos, se o mesmo é não aplicável (T).

Um **RLG** considera-se “**conforme**” (**S**), caso todos os indicadores dos quadros das várias fichas de campo estiverem assinalados a “S” ou a “T” ou, se algum desses indicadores tiver sido assinalado a “N”, mas no campo das “Informações Complementares” estiver **devidamente fundamentado**, pelo representante da CAPC, **que tal incumprimento se considera ultrapassado**.

Um **RLG** considera-se “**não conforme**” (**N**), caso haja pelo menos um indicador assinalado a “N”, devendo, nesta situação, o representante da CAPC referir, no campo das “Informações Complementares” que, **após notificação do produtor, se mantêm os incumprimentos detectados em controlo**.



Um **RLG** considera-se “**resolvido**” (**R**), caso haja pelo menos um indicador assinalado a “R”, no caso específico de o produtor ter regularizado um incumprimento menor.

No caso da Directiva Nitratos, este **RLG** considera-se “**não aplicável**” (T), caso na Ficha de **Campo 4.3** do Relatório de Controlo, a equipa de controlo tenha respondido “**Não**” à questão “*Directiva aplicável na exploração (...) (Sim/Não)?*”.

Quando o controlo for dado por concluído, a DRACA **deverá ficar com cópia do processo e enviar, no prazo máximo de 1 mês**, a contar da sua conclusão, os **processos completos** (relatório de controlo, saídas gráficas, cópia da correspondência enviada ao produtor, respostas enviadas pelo produtor, e qualquer outra documentação considerada relevante e que tenha fundamentado o resultado final do controlo) **para o IFAP**, para verificação e posterior registo informático dos resultados no iSINGA.

Esse envio deverá ser acompanhado de uma listagem discriminativa dos relatórios e dos respectivos resultados de controlo, nos moldes descritos no Anexo III-H, indicando, de forma explícita, se os RLG's em questão estão ou não conformes.

ANEXO I – Relatório de Controlo

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	RELATÓRIO DE CONTROLO AÇORES CONDICIONALIDADE AMBIENTAL	MODELO C2 2009
---	--	--	---

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Nome:

Nº INGA:

Nº Contribuinte:

Morada:

Localidade:

Tel. Morada:

Código Postal:

Tel. Contacto:

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Entidade Controladora: Dir. Reg. Assuntos Comunitários da Agricultura

Data do controlo de campo:

Produtor / Representante foi previamente contactado (S/N):

Data do contacto prévio:

Forma de contacto do produtor:

Produtor compareceu ao controlo após notificação prévia (S/N):

Recusa de controlo (nº 2 do Artº 23º do Título III do Reg. (CE) nº 796/2004 da Comissão, de 21/04):

3. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO (Em anexo)

4. FICHA(S) DE CAMPO (Em anexo)

5. OBSERVAÇÕES

5.1. Do Produtor (Se necessário, utilizar também o verso desta página para o efeito)

--

5.2. Da Equipa Controladora (Se necessário, utilizar também o verso desta página para o efeito)

--

Assinatura do Produtor ou Representante:

Assinatura da Equipa Controladora:

B.I.:

Data Emissão:

Arquivo:

6. RESULTADO FINAL (a preencher pelo representante na CAPC)

RLG conforme?

S/N/T/R)

FITOFARMACÊUTICOS

LAMAS

NITRATOS

AVES E HABITATS

SEGURANÇA ALIMENTAR

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Informações complementares:

--



Assinatura do Representante na CAPC:

3. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

[illegible]

Assinatura do Produtor ou Representante:

Assinatura da Equipa Controladora:

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	RELATÓRIO DE CONTROLO AÇORES CONDICIONALIDADE AMBIENTAL	MODELO C2 2009
---	--	--	---

4. FICHA DE CAMPO

4.1. DIRECTIVA COLOCAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS NO MERCADO

(Directiva nº 91/414/CEE, de 15/07)

Indicadores	Cumpre (S/N/T)	Pontuação do Incumprimento
1.1. Utiliza produtos fitofarmacêuticos homologados no território nacional? (1)		10 / 20 (*)
1.2. Existência de registo actualizado de tipo documental, manual ou informático de utilização dos produtos fitofarmacêuticos correctamente preenchido, no ano a que diz respeito? (2)		10

Caso existam produtos não homologados na exploração, a sua quantidade total é superior a 5 Litros (ou Kg)? (3)	
Pontuação total máxima	30

(1) **S (Sim):** em caso de utilização, **apenas**, de produtos fitofarmacêuticos homologados; **N (Não):** em caso de utilização de produtos fitofarmacêuticos não homologados; **T (Não aplicável):** quando não tenham sido aplicados quaisquer produtos fitofarmacêuticos;

(2) **S (Sim):** caso exista registo; **N (Não):** caso não exista registo; **T (Não aplicável):** apenas quando 1.1. for “T”.

O Registo deverá conter a seguinte informação: 1. Identificação do produto fitofarmacêutico (nome comercial do produto);
2. Identificação da APV ou AV (nº autorização de venda que consta no rótulo);
3. Identificação da cultura onde o produto foi aplicado.

(3) Preencher a **T (Não Aplicável)**, quando 1.1. e 1.2. for “T” ou caso não existam produtos não homologados na exploração.

(*) **Pontuação: 10**, se a quantidade de produtos não homologados existentes na exploração é ≤ 5 L (ou Kg);

20, se a quantidade de produtos não homologados existentes na exploração é > 5 L (ou Kg).

4.2. DIRECTIVA VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA DE LAMAS (Directiva nº 86/278/CEE, de 12/06)

Aplicou lamas no ano a que se refere o controlo (Sim/Não)?

Se SIM, preencher o quadro abaixo

Indicadores	Cumpre (Sim/Não) (*)	Nº Seq. da(s) parcela(s) onde foi(ram) detectada(s) irregularidade(s)	Pontuação do Incumprimento
1. Licença e registo de aplicação			
1.1. Licença para valorização agrícola de lamas de depuração			20
1.2. Registo de aplicação (quantidade de lamas aplicadas, por data, em cada parcela)			5
2. Controlo das distâncias permitidas para aplicação de lamas			
2.1. Respeita a distância mínima de 100 m, relativamente a habitações			10
2.2. Respeita a distância mínima de 200 m, relativamente a aglomerados populacionais, escolas ou zonas de interesse público			10
3. Controlo das parcelas adjacentes a cursos de água e a captações de água potável			
3.1. Distribuição das lamas junto à margem de cursos de água ou lagoas (1)			10
3.2. Distribuição das lamas até 50 m de poços e furos utilizados para rega			10
3.3. Distribuição das lamas até 100 m de captações de água para consumo humano			10
4. Controlo da aplicação de lamas			
4.1. Respeita a ocupação cultural das parcelas e período de distribuição das lamas (2)			10
Pontuação total máxima			85



(*) **SIM:** quando Regular ou Não Aplicável; **NÃO:** quando Irregular.

(1) Nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro (cursos de água - 10 m, lagoas - 30m).

(2) Nos termos dos artigos 3º e 6º do Decreto Legislativo Regional nº 16/2005/A, de 20 de Julho, é proibida a utilização de lamas destinadas a serem utilizadas em:

- Prados ou culturas forrageiras, dentro das 3 semanas imediatamente anteriores à apascentação do gado ou à colheita de culturas forrageiras;
- Culturas hortícolas e frutícolas (são excepção as árvores de fruto), durante o período vegetativo;
- Solos destinados a culturas hortícolas e frutícolas, que estejam normalmente em contacto directo com o solo e que sejam normalmente consumidas em cru, durante um período de 10 meses antes da colheita e durante a colheita.

Assinatura do Produtor ou Representante:	Assinatura da Equipa Controladora:
<hr/>	<hr/>

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	<p>RELATÓRIO DE CONTROLO</p> <p>AÇORES</p> <p>CONDICIONALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>MODELO</p> <p>C2</p> <p>2009</p>
---	--	---	--

4. FICHA DE CAMPO

4.3. DIRECTIVA PROTECÇÃO DAS ÁGUAS CONTRA A POLUIÇÃO CAUSADA POR NITRATOS DE ORIGEM AGRÍCOLA (Directiva nº 91/676/CEE, de 12/12)

Directiva aplicável na exploração (ver Ficha de Identificação da Exploração – coluna ZV) (Sim/Não)? ☐

Se SIM, preencher o quadro abaixo

Indicadores	Cumpre (S/N/R) (*)	Nº Seq. da(s) parcela(s) onde foi(ram) detectada(s) irregularidade(s)	Pontuação do Incumprimento
1. Controlo das faixas de protecção de linhas de água			
1.1. Aplicação de fertilizantes, correctivos orgânicos e pesticidas a mais de 10 m a partir das linhas de água			5
1.2. Edificação de estruturas fixas e/ou colocação de estruturas móveis a mais de 10 m a partir das linhas de água (1)			5
1.3. Pastoreio a mais de 10 m a partir das linhas de água			10
2. Controlo das infra-estruturas de armazenamento de matéria orgânica			
2.1. Pavimento das nitreiras impermeabilizado			5
2.2. Capacidade da nitreira (2)			5
2.3. Capacidade dos tanques de armazenamento de efluentes zootécnicos (2)			5
3. Controlo do encabeçamento (3)			10
4. Controlo ao nível da parcela			
4.1. Ficha de registo de fertilização por parcela ou grupos de parcelas homogéneas (4)			20
4.2. Boletins de análise da terra, da água de rega (#) e/ou análise foliar (#) e respectivos pareceres técnicos (\$))			IM**/5
4.3. Aplicação de fertilizantes e/ou correctivos orgânicos em terrenos declivosos (5)			10
4.4. Quantidade de fertilizante por cultura constante na ficha de registo de fertilização (6)			10
4.5. Época de aplicação dos fertilizantes (7)			10
4.6. Limitações às culturas e às práticas culturais (8)			5
Pontuação total máxima			105

(*) S: quando Regular ou Não Aplicável; N: quando Irregular, R: Quando se considerar IM regularizado

(#) Se aplicável;

(\$) Sem ficha de registo de fertilização pontuação do incumprimento = 5, com ficha de registo de fertilização pontuação do incumprimento = IM

(1), (2), (3), (4), (5), (6), (7) e (8): Ver NOTAS EXPLICATIVAS nas ultimas duas páginas.

(**) Deverá apresentar os boletins de análise até à data definida para o efeito junto do Org. Esp. Controlo.



4.4. DIRECTIVAS AVES E HABITATS (Directiva nº 79/409/CEE, de 02/04; Directiva nº 92/43/CEE, de 21/05)

Indicadores	Cumpre (S/N/R) (*)	Nº Seq. da(s) parcela(s) onde foi(ram) detectada(s) irregularidade(s)	Pontuação do Incumprimento
1. Resíduos (1)			
1.1. Recolha e concentração de resíduos de origem agrícola			IM/5
Pontuação total máxima			5

(*) S: quando Regular ou Não Aplicável; N: quando Irregular, R: Quando se considerar IM regularizado

(IM) **Incumprimento menor** – incumprimentos que atendo á sua gravidade, extensão e permanência não constitui um risco directo para a saúde publica e animal. O agricultor deve ser notificado deste tipo incumprimento, bem como, das medidas a adoptar para a correcção do mesmo. Caso este tipo de incumprimento seja corrigido pelo agricultor durante o acto do controlo ou no período fixado pela autoridade competente (1 ano após a data de controlo do ano n, não podendo exceder o final do ano n+1), não será considerado um incumprimento.

Assinatura do Produtor ou Representante:	Assinatura da Equipa Controladora:
--	------------------------------------

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	<p>RELATÓRIO DE CONTROLO AÇORES CONDICIONALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>MODELO C2 2009</p>
---	--	---	--

4.5. DIRECTIVA SEGURANÇA ALIMENTAR – PRODUÇÃO VEGETAL (Reg. (CE) nº 178/2002, de 28/01)

Indicadores	Cumprimento (S/N/T) (*)	Pontuação do Incumprimento
1. Registos		
1.1. Existência de registo (1) actualizado de tipo documental, manual ou informático, que permita a identificação do cliente a quem forneçam determinado produto (2), no ano a que diz respeito?		10
1.2. Existência de registo (3) actualizado relativo à utilização de sementes geneticamente modificadas, no ano a que diz respeito?		20
2. Processo de Infracção		
2.1. Tem processo de infracção relativamente à não comunicação, à autoridade competente, da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar?		20
2.2. Tem processo de infracção por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos e do Plano de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.		20
Pontuação total máxima		70

(*) S (sim); N (não); T (não aplicável)

(1) O Registo deverá conter a seguinte informação: 1. Identificação do cliente; 2. Produto / descrição; 3. Data de transacção; 4. Quantidade de produto.

(2) Qualquer produto vegetal produzido na exploração e que foi transaccionado (exemplo: sementes de cereais, produtos hortícolas ou frutícolas, milho silagem, etc.).

(3) Cópia da notificação, anexo II do D.L. nº 160/2005, de 21/09, entregue na organização de agricultores ou na DRAP da área de localização da exploração agrícola.

4.6 DIRECTIVA AGUAS SUBTERRANEAS (Directiva nº 80/68/CEE, de 17/12/80)

Indicadores	Cumprimento (S/N/T/R) (*)	Pontuação do Incumprimento
1- Resíduos de produtos fitofarmacêuticos ⁽¹⁾		
1.1 – Recolha e concentração dos resíduos de embalagens ⁽²⁾ e de excedentes ⁽³⁾ de produtos fitofarmacêuticos.		IM/5
2- Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos		
2.1. Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos ⁽⁴⁾		5
Pontuação total máxima		10

(*) S (sim); N (não); T (não aplicável); R: Quando se considerar IM regularizado

⁽¹⁾ É obrigatório fazer a recolha e concentração dos resíduos de embalagens e de excedentes de produtos fitofarmacêuticos, devendo, estes excedentes, serem mantidos na sua embalagem de origem e concentrados temporariamente na exploração agrícola utilizando, para o efeito os espaços destinados ao armazenamento dos respectivos produtos e posteriormente, proceder à sua entrega nos estabelecimentos de venda ou outros locais que venham a ser definidos para o efeito.



⁽²⁾ “Resíduos de embalagens” – o definido nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2001/A, de 29 de Novembro, relativo aos princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na Região Autónoma dos Açores e que adapta à Região o Decreto - Lei nº 366-A/97, de 20 de Dezembro.

⁽³⁾ “Resíduos de excedentes” – o definido nos termos da alínea m) do artigo 2º do Decreto – Lei nº 173/2005, 21 de Outubro, que regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.

⁽⁴⁾ Os fertilizantes e os produtos fitofarmacêuticos devem estar armazenados em lugar resguardado, seco, ventilado, sem exposição directa ao sol, de piso impermeabilizado, e a mais de 10 metros de cursos de água, valas, condutos de drenagem, poços, furos ou nascentes, excepto no caso de depósitos de fertilizantes que tenham um sistema de protecção contra fugas.

(IM) Incumprimento menor – incumprimentos que atendo à sua gravidade, extensão e permanência não constitui um risco directo para a saúde pública e animal. O agricultor deve ser notificado deste tipo incumprimento, bem como, das medidas a adoptar para a correcção do mesmo. Caso este tipo de incumprimento seja corrigido pelo agricultor durante o acto do controlo ou no período fixado pela autoridade competente (1 ano após a data de controlo do ano n, não podendo exceder o final do ano n+1), não será considerado um incumprimento.

Assinatura do Produtor ou Representante:	Assinatura da Equipa Controladora:
_____	_____

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	<p>RELATÓRIO DE CONTROLO</p> <p>AÇORES</p> <p>CONDICIONALIDADE AMBIENTAL</p>	<p>MODELO</p> <p>C2</p> <p>2009</p>
---	--	---	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRECTIVA NITRATOS (FICHA DE CAMPO 4.3):

- (1) Salas de ordenha, máquinas de ordenha móveis, parques de espera e alimentação, fossas, nitreiras e silos. A edificação de estruturas fixas nas Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades está sujeita a parecer de acordo com os Decretos Regulamentares Regionais n.ºs 2/2005/A e 3/2005/A.

- (2) A capacidade da nitreira e dos tanques de armazenamento é calculada:
Nos termos dos n.ºs 5 e 7 do artigo 11.º da Portaria n.º 44/2006 e n.ºs 4 e 5 do artigo 10.º da Portaria n.º 46/2006, de 22 de Junho:

- Para as ZV's n.º 4 – Furnas e n.º 5 – Sete Cidades, na Ilha de São Miguel;

Formula: $V=d.n.y$

Em que: V = capacidade do reservatório;
 d = número de dias de retenção de efluente, nunca inferior a 150 dias;
 n = número de cabeças de gado;
 y = volume de efluente diário/cabeça.

Nos termos dos n.ºs 5 e 7 do artigo 11.º da Portaria n.º 47/2006, de 22 de Junho:

- Para as ZV's n.º 1 – Serra Devassa, n.º 2 – São Brás e n.º 3 – Congro, na Ilha de São Miguel;

- Para as ZV's n.º 6 – Capitão e n.º 7 – Caiado, na Ilha do Pico;

- Para a ZV n.º 8 – Funda, na Ilha das Flores

Formula: $V=d.n.y$

Em que: V = capacidade do reservatório;
 d = número de dias de retenção de efluente, nunca inferior a 180 dias;
 n = número de cabeças de gado;
 y = volume de efluente diário/cabeça.

- (3) Máximo permitido é de 2,0 CN/ha de Superfície Forrageira, em todas as ZV's, com excepção da ZV n.º 5, cujo encabeçamento máximo permitido é de 1,40 CN/ha de SF.

- (4) Ficha de registo de fertilização:

Nos termos do n.º 5 e do artigo 8.º das Portarias n.º 44/2006 e n.º 47/2006, de 22 de Junho:

- Para as ZV's n.º 1 – Serra Devassa, n.º 2 – São Brás, n.º 3 – Congro e n.º 5 – Sete Cidades, na Ilha de São Miguel;

- Para as ZV's n.º 6 – Capitão e n.º 7 – Caiado, na Ilha do Pico;

- Para a ZV n.º 8 – Funda, na Ilha das Flores.

Nos termos do n.º 6 do artigo 8.º da Portaria n.º 46/2006, de 22 de Junho:

- Para a ZV n.º 4 – Furnas, na Ilha de São Miguel.

No limite, o grupo de parcelas homogéneas poderá coincidir com a exploração agrícola.

- (5) Não pode ser efectuada a aplicação de fertilizantes e/ou correctivos orgânicos, em terrenos com IQFP de 4 ou 5.

- (6) A quantidade máxima de azoto e fósforo inorgânicos a aplicar às culturas (em Kg de N e P₂O₅, por ha e por ano):

Nos termos do artigo 9.º das Portarias n.º 44/2006 e n.º 47/2006, de 22 de Junho:

- Para as ZV's n.º 1 – Serra Devassa, n.º 2 – São Brás, n.º 3 – Congro e n.º 5 – Sete Cidades, na Ilha de São Miguel;

- Para as ZV's n.º 6 – Capitão e n.º 7 – Caiado, na Ilha do Pico;

- Para a ZV n.º 8 – Funda, na Ilha das Flores.

Azoto: 55 Kg de N/ha/ano

Fósforo:

Análise de Terra (ppm P ₂ O ₅)	Quantidade máxima (Kg P ₂ O ₅ por ha e ano)
<50	60
51 – 100	30
101 – 150	20
>151	0



- (7) Nos termos do artigo 4.º das Portarias n.º 44/2006, n.º 46/2006 e n.º 47/2006, de 22 de Junho:

- Para as ZV's n.º 1 – Serra Devassa, n.º 2 – São Brás, n.º 3 – Congro, n.º 4 – Furnas e n.º 5 – Sete Cidades, na Ilha de São Miguel;

- Para as ZV's n.º 6 – Capitão e n.º 7 – Caiado, na Ilha do Pico;

- Para a ZV n.º 8 – Funda, na Ilha das Flores.

A aplicação de fertilizantes minerais e/ou orgânicos não pode ser efectuada na época de maior precipitação, de Novembro a Fevereiro.

 <p>Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas</p>	 <p>IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas</p>	RELATÓRIO DE CONTROLO AÇORES CONDICIONALIDADE AMBIENTAL	MODELO C2 2009
---	--	--	---

(8) Limitações às culturas e às práticas culturais agrícolas, de acordo com o IQFP da parcela.

IQFP	Culturas hortícolas	Culturas anuais	Culturas arbóreas e arbustivas	Pastagens	ZV onde se aplica a limitação
5*	Não são permitidas.	Não são permitidas.	A instalação de novas culturas arbóreas e arbustivas apenas é permitida nas situações em que a Direcção Regional competente em matéria de desenvolvimento rural venha a considerar tecnicamente adequadas.	A instalação de novas pastagens apenas é permitida nas situações em que a Direcção Regional competente em matéria de desenvolvimento rural venha a considerar tecnicamente adequadas.	ZV nº 1 (Serra Devassa) ZV nº 2 (São Brás) ZV nº 3 (Congro) ZV nº 4 (Furnas) ZV nº 5 (Sete Cidades) ZV nº 6 (Capitão) ZV nº 7 (Caiado) ZV nº 8 (Funda)
4*	Não são permitidas.	Não são permitidas.	Patamares (novas plantações) (excepto para a ZV nº 4 – Furnas). Revestimento da entrelinha durante o Outono-Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	Melhoria da pastagem natural sem mobilização do solo. Controlo mecânico ou manual das espécies arbustivas (sem intervenção no solo).	ZV nº 1 (Serra Devassa) ZV nº 2 (São Brás) ZV nº 3 (Congro) ZV nº 4 (Furnas) ZV nº 5 (Sete Cidades) ZV nº 6 (Capitão) ZV nº 7 (Caiado) ZV nº 8 (Funda)
3	Não são permitidas.	Culturas instaladas em rotações. Culturas com duração mínima de quatro anos, incluindo culturas forrageiras ou prados temporários. Não lavar (excepto para a ZV nº 4 – Furnas).	Patamares (novas plantações) (excepto para a ZV nº 4 – Furnas). Revestimento da entrelinha durante o Outono-Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	Pastagens semeadas com duração mínima de cinco anos. Controlo mecânico ou manual das espécies arbustivas (sem intervenção no solo).	ZV nº 1 (Serra Devassa) ZV nº 2 (São Brás) ZV nº 3 (Congro) ZV nº 4 (Furnas) ZV nº 5 (Sete Cidades) ZV nº 6 (Capitão) ZV nº 7 (Caiado) ZV nº 8 (Funda)
2	Não são permitidas, excepto se cumpridas as seguintes condições: Revestimento do solo durante a época das chuvas com vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta; Patamares ou socacos (excepto para a ZV nº 4 – Furnas); Não mobilização do solo durante o período de Outono-Inverno.	Manter o solo revestido durante a época das chuvas até à Primavera. Mobilização aproximando-se das curvas de nível e evitando a linha de maior declive (excepto para a ZV nº 4 – Furnas).	Patamares (novas plantações) (excepto para a ZV nº 4 – Furnas). Revestimento da entrelinha durante o Outono-Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	—	ZV nº 1 (Serra Devassa) ZV nº 2 (São Brás) ZV nº 3 (Congro) ZV nº 4 (Furnas) ZV nº 5 (Sete Cidades) ZV nº 6 (Capitão) ZV nº 7 (Caiado) ZV nº 8 (Funda)
1	Manter o solo revestido durante o período de Outono – Inverno.	Manter o solo revestido durante a época das chuvas, até à Primavera.	Revestimento da entrelinha durante o Outono-Inverno (vegetação espontânea semeada ou cobertura morta).	—	ZV nº 1 (Serra Devassa) ZV nº 2 (São Brás) ZV nº 3 (Congro) ZV nº 4 (Furnas) ZV nº 5 (Sete Cidades) ZV nº 6 (Capitão) ZV nº 7 (Caiado) ZV nº 8 (Funda)

* Exceptuam-se as parcelas armadas em socacos ou terraços, ou com acidentes fisiográficos acentuados e delimitados ou em parcelas planas situadas entre depressões.

ANEXO II – Saídas Gráficas

000029235 - c4260340

Documento Ortofotográfico para Controlo do Terreno



Coordenadas Hayford Gauss - Datum 73

ANEXO III – Minutas

ANEXO III-A – Minuta de solicitação de documentos

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

No seguimento da acção de controlo efectuada à exploração de V. Exa., em ____/____/_____, por controladores desta Direcção Regional, com o objectivo de proceder à verificação do cumprimento dos requisitos legais de gestão aplicáveis aos produtores que apresentam pedidos de ajudas sujeitos à Condicionalidade, conforme estipulado na Portaria nº 103/2009, de 15 de Dezembro, vimos por este meio solicitar o envio dos seguintes documentos:

Mais se informa que o não envio dos documentos acima referidos, para a morada indicada, num prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de recepção deste ofício, implica que o controlo acima identificado seja considerado não conforme, com as consequências legais daí decorrentes.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-B – Minuta de comunicação de incumprimentos

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

No decurso da acção de controlo efectuada à exploração de V. Exa., em ____/____/_____, por controladores desta Direcção Regional, foram detectados os seguintes incumprimentos:

(o que contraria o estipulado na Portaria nº 103/2009, de 15 de Dezembro)

Assim, solicita-se que nos informe, para a morada indicada e num prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de recepção deste ofício, do que, sobre o assunto, tiver por conveniente.

Na ausência de resposta no prazo referido, ou caso os argumentos invocados por V. Exa. não justifiquem a situação verificada, o controlo será considerado não conforme, com as consequências legais daí decorrentes.

Mais se informa que, de acordo com a legislação em vigor, no âmbito de Condicionalidade, o incumprimento dos mesmos requisitos, normas ou obrigações determinado mais do que uma vez num período de três anos consecutivos, é considerado como incumprimento “reiterado”, situação que poderá conduzir ao agravamento da taxa de penalização aplicada, ou caso se verifiquem subsequentes reiteraões, à exclusão das ajudas directas e/ou apoios ao desenvolvimento rural sujeitos a Condicionalidade, relativos à presente campanha.

Caso V. Exa. o pretenda, poderá consultar o relatório de controlo junto dos n/ Serviços.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-C – Minuta de resposta ao produtor

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

Atendendo a que, até à data, não apresentou quaisquer elementos justificativos da situação detectada em controlo, a qual foi comunicada a V. Exa., através do n/ ofício nº _____, de ____/____/_____, informamos que o mesmo foi considerado não conforme e reencaminhado para o IFAP, para efeitos de decisão final, a qual será oportunamente comunicada a V. Exa..

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-D – Minuta de resposta ao produtor

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

Relativamente à carta de V. Exa., datada de ____/____/_____, informamos que os argumentos nela invocados não permitem ultrapassar a situação verificada em controlo, pelo que o mesmo foi considerado não conforme e reencaminhado para o IFAP, para efeitos de decisão final, a qual será oportunamente comunicada a V. Exa..

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-E – Minuta de recusa de controlo

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

Por razões imputáveis a V. Exa., não nos foi possível efectuar, no passado dia ____/____/_____, uma visita de controlo à sua exploração, com o objectivo proceder à verificação do cumprimento dos requisitos legais de gestão aplicáveis aos produtores que apresentam pedidos de ajudas objecto de condicionalidade, conforme estipulado na Portaria nº 103/2009, de 15 de Dezembro.

Verificando-se este facto por razões que lhe são imputáveis, de acordo com o nº 2 do artº 23º do Título III do Reg. (CE) nº 796/2004, tal situação conduz à rejeição dos pedidos de ajudas directas e/ou apoios ao desenvolvimento rural sujeitos à Condicionalidade, a que V. Exa. se tenha candidatado na presente campanha.

Deste modo, informa-se V. Exa. que o relatório de controlo em questão foi enviado ao IFAP, para efeitos de decisão final, a qual será oportunamente comunicada a V. Exa..

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-F – Minuta de notificação prévia do produtor

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

Solicita-se a comparência de V. Exa. em _____ (local / endereço), no próximo dia ____/____/_____, pelas ____ horas, onde se encontrarão técnicos deste serviço, para tratar de assuntos do seu interesse, relacionados com a verificação do cumprimento dos requisitos legais de gestão aplicáveis aos produtores que apresentam pedidos de ajudas sujeitos à condicionalidade, conforme estipulado na Portaria nº 103/2009, de 15 de Dezembro.

Caso lhe seja impossível estar presente, solicita-se que nomeie um representante devidamente mandatado para o efeito, através de procuração ou de documento equivalente, devendo o mesmo fazer-se acompanhar do respectivo Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão.

Mais se informa que a não comparência na data e local indicado, será entendida como recusa de controlo (nº 2 do Artº 23º do Título III do Reg. (CE) nº 796/2004 da Comissão, de 21 de Abril), ficando sujeito às Penalizações Regulamentares, caso a situação não seja justificada, no prazo de três dias úteis, por escrito e por intermédio de carta registada remetida a esta Direcção Regional, ao cuidado de _____, para o endereço _____.

Para qualquer esclarecimento sobre este assunto, deverá contactar o nº _____.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-G – Minuta de resposta ao produtor em caso de Incumprimento Menor (IM)

Registada c/Aviso de Recepção

Exmo.(a) Senhor(a)

ASSUNTO: Controlo da Condicionalidade

Directiva do Conselho nº (indicar nº e designação)

Contribuinte nº _____ ; NIFAP _____

Atendendo a que, até à data, não nos comunicou a regularização da(s) situação(ões) de incumprimento do(s) *indicador(es)* _____ detectada(s) no decurso da visita de controlo efectuada à exploração de V. Exa., em ____/____/_____, informa-se que o controlo foi considerado não conforme e enviado ao IFAP, para efeitos de decisão final, a qual será oportunamente comunicada a V. Exa..

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III-H – Listagem de envio de relatórios de controlo

Condicionalidade – Controlo 2009

**Directivas Protecção dos Produtos Fitofarmacêuticos, Lamas, Nitratos, Aves e Habitats,
Higiene e Segurança Alimentar e Águas Subterrâneas**

Listagem de controlos efectuados

NIFAP	Nome	Data do controlo	Conformidade (S/N/T/R)					
			Produtos Fitofarma	Lamas	Nitratos	Aves e Habitats	Segurança Alimentar	Águas Subterrâneas

ANEXO IV – Modelo de Registo dos Fitofarmacêuticos

DIRECTIVA COLOCAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS NO MERCADO

(Directiva do Conselho nº 91/414/CEE, de 15 de Julho)

FICHA DE REGISTO – 2008

Identificação do Produtor:

Nome _____ NIFAP _____

Identificação da Exploração:

Concelho _____ Freguesia _____

Cultura	Produto Fitofarmacêutico (1)	Nº APV ou AV (2)

(1) – Nome comercial do produto fitofarmacêutico

(2) – Nº de autorização de venda que consta no rótulo

ANEXO V – Listagens dos Produtos Fitofarmacêuticos

(Consultar a página do PRORURAL)

(<http://prorural.azores.gov.pt>)

ANEXO VI – Legislação

(Consultar a página do PRORURAL)
(<http://prorural.azores.gov.pt>)